

APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA NAS COOPERATIVAS DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA – TO

Cleiton Silva Ferreira Milagres¹
Maria Raimunda Pereira Lacerda²

RESUMO

As cooperativas são empresas geridas por pessoas e têm seu potencial reconhecido por seu papel relevante no desenvolvimento socioeconômico local. Este artigo teve por objetivo identificar as cooperativas da cidade de Araguaína e verificar como elas aplicam o 5º princípio cooperativo: Educação, Informação e Formação Cooperativista. Além disso, objetivou-se, ainda, apresentar alguns apontamentos e reflexões para estudos na área da gestão de cooperativas. O artigo foi realizado com base em pesquisa bibliográfica e trabalho de campo que envolveu a aplicação de formulário via e-mail para as cooperativas do município. No entanto, foram obtidas apenas 3 (três) respostas. O estudo possibilitou verificar que tanto a educação quanto a capacitação são importantes, defendendo-se, portanto, a realização de ambas nas empresas cooperativas. Nota-se uma ênfase maior em atividades de capacitação e formação nas cooperativas de Araguaína, estando a maioria dessas a cargo do SESCOOP, sistema “S” do cooperativismo, que tem como objetivo fortalecer o crescimento profissional dos empregados das cooperativas. Conclui-se também que a baixa devolução nas respostas do formulário pode demonstrar uma baixa preocupação das cooperativas em relatar sobre os processos que envolvem a educação cooperativa.

Palavras-chave: Cooperativas. Educação Cooperativista. Quinto Princípio Cooperativo.

ABSTRACT

Cooperatives are people-owned enterprises and have their potential recognized for their relevant role in local socio-economic development. This article aimed to identify cooperatives in the city of Araguaína and how they apply the 5th cooperative principle: Education, Information and Cooperative Training, and also present some notes and reflections for studies in the area of cooperative management. The article was carried out based on bibliographical research and field work that involved the application of form via e-mail to the cooperatives of the municipality. However, only three (3) responses were obtained. The study made it possible to verify that both education and training are important, defending the achievement of both in cooperative enterprises. A greater emphasis is placed on training and training activities in Araguaína cooperatives, most of which are in charge of SESCOOP, S system of cooperatives, which aims to strengthen the professional growth of cooperative employees. It is also concluded that the low return in the answers of the form can demonstrate a low concern of the cooperatives in reporting on the processes that involve the cooperative education.

Keywords: Cooperatives, Cooperative Education, Fifth Principle.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor Associado II do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, campus Araguaína (UFT). Email: cleiton.milagres@uft.edu.br

² Graduada em Gestão de Cooperativas (UFT). Email: marylacerda2006@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

As cooperativas são empresas geridas por pessoas e têm seu potencial reconhecido por seu papel relevante no desenvolvimento socioeconômico local. Essa potencialidade tem merecido destaque uma vez que essas organizações apresentam, ou deveriam apresentar, em sua gestão, um equilíbrio entre duas vertentes: atuar como empresas e, ao mesmo tempo, como associação de pessoas.

Esse equilíbrio deve ser constantemente reforçado pela educação cooperativista, seja por meio da vivência dos princípios cooperativos ou pela capacitação técnica e específica para este tipo de organização. É por meio de uma efetiva gestão social que o cooperado participará ativamente da empresa cooperativa e tomará as decisões que melhor garantam o sucesso da ação coletiva.

Este trabalho tem por objetivo identificar as cooperativas existentes no município de Araguaína e verificar como elas aplicam o 5º princípio cooperativo: Educação, Informação e Formação Cooperativista, além de trazer alguns apontamentos e reflexões para estudos na área da gestão de cooperativas.

A educação cooperativista não é um tema novo e pouco estudado por acadêmicos da área das Ciências Sociais Aplicadas. Constantemente, o termo tem sido debatido por autores em diversas disciplinas: Economia (BIALOSKORSKI NETO, 2007); Administração (VALADARES, 1995); Sociologia (FRANTZ, 2003) entre outros.

Para Ferreira (2009, p.11) “a educação cooperativista nasce com a própria ideia de cooperativas” e portanto, estabelece diálogos com várias ciências, o que permite cada vez mais aprofundar nas análises acerca deste tipo de organização que possui doutrina própria, princípios e valores que regulamentam sua essência coletiva, participativa e de desenvolvimento local.

Com o intuito de compreender como as cooperativas araguainenses³ trabalham com educação cooperativista junto aos seus respectivos associados foi encaminhado, via e-mail, um formulário contendo questões fechadas e abertas. Os resultados refletiram o que essas organizações desenvolvem, como o fazem e a que público se destinam.

³ Compreendem apenas as cooperativas registradas no Sistema OCB/TO, Ano 2015.

2. REFERENCIAL CONCEITUAL

2.1 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

A organização cooperativa teve início no século 19, durante o período da Revolução Industrial. Os baixos salários e a exploração massiva do trabalhador, com longas jornadas de trabalho, faziam com que a classe operária e suas famílias se rendessem às inúmeras dificuldades socioeconômicas.

Em busca de solução para a crise, a classe operária se organizou em associações que tiveram como foco principal a assistência às famílias que não obtinham resultados positivos perante o movimento capitalista que se instaurava na época (BAHIA COOPERATIVO, 2015).

A união desses trabalhadores em associações, muitos deles seguindo as ideias dos socialistas utópicos, constituiu uma organização formal chamada de cooperativa, com normas estatutárias e princípios próprios. A reunião de 28 operários tecelões e o acúmulo de 28 libras capitalizadas possibilitou a abertura de um pequeno armazém cooperativo no bairro de Rochdale-Manchester, Inglaterra. Nascia a Sociedade dos Probos de Rochdale conhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo. Para Schneider (1999, p. 48) os pioneiros,

ao fundarem a cooperativa em 1844, se autodenominaram de “Equitáveis Pioneiros de Rochdale”, para indicar o espírito que os orientaria no seu empreendimento, baseado numa cooperação equitável, ou seja, justa, igualitária, sincera, contrária a qualquer fraude na apresentação dos serviços aos membros e a terceiros, e ao mesmo tempo, calcada numa cooperação que respeitaria a igualdade de direitos e a liberdade de cada membro.

Desde sua criação em Rochdale, as cooperativas são organizações de pessoas que se baseiam em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Seus objetivos econômicos e sociais são comuns a todos os associados que acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com seu semelhante.

Segundo o site Bahia Cooperativo (2015, s.p), os valores humanos são a essência do cooperativismo e dão identidade ao movimento, pois são conceitos importantes uma vez que

cooperar é unir-se a outras pessoas para em conjunto enfrentar situações adversas, no sentido de transformá-las em oportunidade e bem-estar econômico e social. Cooperação é um método de ação pelo qual indivíduos ou familiares com interesses comuns constituem um empreendimento. Os direitos são iguais para todos e o resultado alcançado é dividido entre os integrantes, na proporção da participação de cada um. Sócio – indivíduo, profissional, produtor de qualquer categoria ou atividade econômica que se associa a uma cooperativa para exercer atividade econômica ou adquirir bens de consumo e/ou duráveis.

Com base nesses conceitos e à luz dos valores cooperativistas, as empresas cooperativas possuem princípios que orientam suas ações, constituem a linha que rege as cooperativas e formam a base filosófica da sua doutrina.

Esses princípios, derivados das normas criadas pela primeira cooperativa de Rochdale, são mantidos atualmente pela aliança cooperativa Internacional (ACI, 1995). São eles:

1º – Adesão voluntária e livre: as cooperativas são organizações voluntárias abertas para todas as pessoas aptas a usarem seus serviços e aceitar suas responsabilidades de sócio sem qualquer discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.

2º – Gestão Democrática: as cooperativas são democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres eleitos para representar os demais membros são responsáveis perante eles. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade de votação, ou seja, um membro, um voto; as demais também são organizadas de maneira democrática.

3º - Participação econômica dos associados: eles contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas, parte desse capital é usualmente propriedade comum da cooperativa para seu desenvolvimento. Os associados recebem juros limitados sobre o capital integralizado. As sobras são destinadas às seguintes finalidades: desenvolvimento das cooperativas; benefícios aos membros na proporção de suas transações; apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

4º - Autonomia e Independência: as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se entrarem em acordo com outras entidades, inclusive governamentais ou receberem capital externo, elas devem fazer em condições que os sócios possam manter o controle democrático e a autonomia da

cooperativa.

5º – Educação, Formação e Informação: as cooperativas oferecem educação e formação ao seus associados, representantes eleitos, administradores e funcionários, para que todos possam contribuir eficazmente com o desenvolvimento dela. E possam também informar ao público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opiniões, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6º – Intercooperação: as cooperativas atendem seus associados de forma mais eficaz, fortalecendo o movimento cooperativo trabalhando juntos, através das estruturas locais, nacionais e internacionais.

7º – Interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros, assumindo um papel de responsabilidade na comunidade onde estão inseridas.

2.2 O COOPERATIVISMO NO BRASIL

No Brasil, o movimento cooperativista foi emergir no final do século 19, estimulado por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, para atender as suas necessidades. O movimento teve início em 1889, na cidade de Ouro Preto (MG), com a criação da primeira cooperativa de consumo do Brasil, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto.

Devido ao aumento das cooperativas e as especificidades dessas organizações, foi criado um órgão para representar e defender os interesses do cooperativismo brasileiro: a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, criada em 1969 (BAHIA COOPERATIVO, 2015).

No ano de 1971, a Lei n. 5.764, sancionada no mesmo ano, disciplinou a criação das cooperativas, porém restringiu a autonomia dos associados, interferindo assim na criação, funcionamento e fiscalização do empreendimento cooperativo. Só com a chegada da Constituição Federal, em 1988, essas limitações foram superadas com a proibição da interferência do Estado nas associações, dando assim início à autogestão do cooperativismo (BAHIA COOPERATIVO, 2015).

Mais tarde, em 1999, criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), uma instituição do sistema “S” com o objetivo de

“organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional e a promoção social dos trabalhadores e dos cooperados das cooperativas em todo o território nacional” (BRASIL, 1999).

Com a criação do SESCOOP, investigadores da área de cooperativismo questionaram-se sobre quais seriam os objetivos e conteúdos da educação cooperativista.

A fim de contribuir com o debate, Schneider (2010) elaborou um estudo sobre a Capacitação e a Educação nas organizações cooperativas e os desafios de seu desempenho (SCHNEIDER, 2010).

Para Schneider (2010, p.33), a educação cooperativista deve

propor-se, ao nível de sociedade, ser um instrumento eficaz na construção de um novo tipo de convivência social e que a tão alardeada, mas pouco realizada democratização de oportunidades seja acompanhada pela democratização dos resultados atingidos pela sociedade.

2.3 APRESENTANDO A EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

O conceito de educação é amplamente debatido na academia por grandes estudiosos do tema (FREIRE, 2010; GADOTTI, 1992) e nas cooperativas é uma questão de sobrevivência (AMODEO, 2006; JAKOBSEN, 1996) haja vista que essas empresas têm, em sua doutrina, princípios que tratam do trabalho educativo.

A educação cooperativa é “um conjunto de ensinamentos que não só proporcionam maior aporte cultural aos envolvidos, mas trabalha valores, princípios e normas, e neste caso os do cooperativismo” (SCHNEIDER, 2010, p. 30 - 31). Por outro lado, a capacitação cooperativa é “o conjunto das técnicas e dos ensinamentos destinados às pessoas com intuito de desempenharem com eficiência e qualidade o seu trabalho” (SCHNEIDER, 2010, p. 31). É importante que se tenha muito claro, pelo sistema cooperativista, o papel da educação no processo de gestão empresarial e social dessas organizações coletivas.

De acordo com Schneider (2010), a educação se aproxima mais da cooperativa na sua dimensão de “associação de pessoas”, enquanto que a capacitação, nas suas diversas acepções, se aproxima da cooperativa na sua dimensão “empresa”. Pode-se complementar e justificar a utilização dessas dimensões propostas por Schneider (2010) com as análises de Amodeo (2006, p.151) que afirma que “as cooperativas são

organizações específicas, já que simultaneamente são empresas e associações, duas caras da mesma moeda, as que devem ser igualmente priorizadas para conseguir uma gestão cooperativa de êxito”.

Schneider (2010) salienta ainda que, pela sua função de proporcionar equilíbrio entre o lado empresarial e a associação de pessoas, a educação é referencial necessário para o bom desempenho das cooperativas. A educação cooperativa estimula a participação do cooperado e faz com que eles tenham conhecimento sobre os valores, princípios e normas da empresa cooperativa, enfatizando o ideal cooperativista, além de contribuir para o desenvolvimento comunitário (MILAGRES et al, 2016)

A cooperativa deve ter eficiência econômica e utilidade social (SCHNEIDER, 2010), ou seja, lidar com o mercado com o intuito de sobrevivência econômica e financeiramente, praticando assim, ações que contemplem a capacitação cooperativa, para que cooperados e funcionários possam também lidar com estratégias, planejamento, buscando eficiência na execução das atividades e se relacionando de maneira efetiva com seu cooperado.

É indispensável que o 5º Princípio do cooperativismo, ou seja, a Educação, Formação e Informação, seja colocado em prática, isto é, que a educação cooperativista se torne um hábito comum, e não algo que seja realizado somente em momentos formais.

Não basta tê-la mencionada em seu regimento ou estatuto, é preciso que funcione na prática, como afirma WATKINS,1989 (*apud* SCHNEIDER, 2010, p.80) a “educação cooperativa não deve ocorrer apenas por ocasião de cursos formais, mas qualquer contato ou interação com sua cooperativa deveria ser considerado um momento de educação e formação”.

Pode acontecer que alguns dirigentes não apliquem cursos de educação para o quadro social, por medo de perderem o poder (SCHNEIDER, 2010), ou seja, que o cooperado tenha conhecimento real do seu papel na cooperativa e das possibilidades de aumentar sua participação nas tomadas de decisão do empreendimento. Essa afirmação tem sua sustentação nos argumentos de Freire (2010), ao afirmar que a educação emancipa o ser humano, e lhe dá poder de questionar, participar, e tomar decisões. E, na maioria dos casos, os dirigentes não querem que seus atos sejam questionados, querem sim cooperados alienados, que não debatam sobre a gestão

da cooperativa.

Para Mario Osório Marques (1996, p. 14).

a educação se cumpre num diálogo de saberes, e não em simples troca de informações, nem em mero assentimento acrítico a proposições alheias, mas na busca do entendimento compartilhado entre todos os que participam da mesma comunidade de vida, de trabalho, de uma comunidade discursiva de argumentação.

Segundo Frantz (2001, p. 242), “na verdade, a educação e a cooperação são duas práticas sociais que se encaixam de tal forma que, sob certos aspectos, uma contém a outra”. O Sistema OCB Nacional entende a educação cooperativa como sendo um processo pedagógico integral e contínuo de ensino e aprendizagem, esse processo está voltado à formação da sociedade, dos associados e dos empregados de cooperativas e seus familiares. Esse processo é baseado nos princípios e valores do cooperativismo, fortalecendo a identidade e a sustentabilidade cooperativa e incentivando o ambiente e a cultura da cooperação (BRASIL COOPERATIVO, 2008).

Assim, é importante ter em mente o que se pretende atingir com a educação, ou seja, qual é a sua função no cooperativismo. Para Schneider (2003) *apud* Mendes (2010, p. 71), a educação “deve promover a reflexão, a discussão e a ação dos envolvidos de forma gradual e contínua para despertar neles o interesse pela participação e, assim, transformá-los em agentes do próprio desenvolvimento”.

3. METODOLOGIA

Este artigo foi realizado com base em pesquisa bibliográfica e trabalho de campo que envolveu a aplicação de formulário enviado via e-mail para as cooperativas do município de Araguaína.

Este é um estudo de caráter descritivo realizado a partir da análise de conteúdos obtidos nos formulários. Com base nos conceitos de educação e capacitação cooperativista, definidos por Schneider (2010) e na pesquisa de Ferreira (2013), foi elaborado um formulário com 16 questões, alternando questões abertas (discursivas) e fechadas (objetivas).

No que se refere ao objeto alvo desta pesquisa, esse compõe todas as cooperativas existentes de Araguaína e registradas no Sistema OCB/TO, que somam 9 (nove) no total, incluindo nessa somatória os pontos de atendimento (PAs) das

cooperativas de crédito. No entanto, foram obtidas apenas 3 (três) respostas que comporão os resultados deste trabalho. Os dados foram obtidos no segundo semestre de 2015.

4. RESULTADOS

O município de Araguaína está localizado ao norte do estado do Tocantins, com uma população de 167.176 habitantes, conforme dados do IBGE (2015). Segundo informações disponíveis no site da prefeitura, o desenvolvimento econômico social do município começou a partir de 1960, porém a construção da Rodovia Belém-Brasília (BR 153) fez a cidade crescer exorbitantemente.

Na economia, a cidade de Araguaína é considerada a capital do boi gordo, pela grande rede de pecuaristas existentes nas áreas rurais do município. Além disso, no meio urbano destaca-se o Distrito Agro Industrial de Araguaína - DAIARA com seus frigoríficos de referência nacional.

No setor de transportes, por Araguaína apresentar localização geográfica estratégica, possibilitou-se a integração do município a outras regiões do país favorecendo não só o acesso de pessoas vindas em busca de trabalho como também a transação de mercadorias através do transporte aéreo e terrestre.

No que se refere ao cooperativismo, o município possui cooperativas⁴ dos ramos de crédito, saúde, transporte e agropecuário, são elas:

Quadro 1 – Cooperativas do Município de Araguaína/TO, 2016

Cooperativa	Ramo
COOPERMOTOS	TRANSPORTE
COOPAGRIFAT	AGROPECUÁRIO
VALLECOOP	AGROPECUÁRIO
COOTAXI	TRANSPORTE
COOPERLOTA	TRANSPORTE
UNICRED	CRÉDITO
SICOB CREDIPAR	CRÉDITO
UNIMED ARAGUAINA	SAÚDE
CMEAR	SAÚDE

Fonte: Elaborado pelos autores.

⁴ Outras cooperativas atuam no município, porém não se encontram registradas no Sistema OCB-TO e não foram objeto desta pesquisa.

Dentre as cooperativas existentes no município, obteve-se resposta dos formulários apenas de 3 cooperativas: Vallecoop; Unimed Araguaína e Coopermotos.

Quadro 2 – Caracterização das Cooperativas Respondentes deste Estudo.

Cooperativas	Respondente do Formulário	Número de Cooperados	Número de Empregados
Vallecoop	Gerente	525	06
Unimed	Secretária	153	35
Coopermotos	Secretária	495	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Todas as três cooperativas mencionaram que trabalham com educação cooperativista junto aos seus associados e que há interesse por parte delas em melhorar suas ações relacionadas à educação cooperativista.

Segundo a Vallecoop e a Unimed, as atividades de educação cooperativa são realizadas tanto pela própria cooperativa como também por instituições parceiras. Já a Coopermotos afirmou que apenas realiza educação cooperativista por instituição contratada ou por parceira. Perguntadas sobre que instituições são essas, todas mencionaram o Sescop/TO e apenas a Vallecoop acrescentou o Sebrae.

Na tabela a seguir, são apresentadas as atividades que as cooperativas e/ou instituições parceiras organizam no que se refere ao trabalho de educação cooperativista.

TABELA 1 – Atividades que as cooperativas e/ou instituições realizam

Cooperativa	Cursos/ Palestras Tema: Cooperativismo	Cursos/ Palestra Gestão Financeira	Curso/ Palestra Aspecto Técnico (Produção/ Serviços)	Dias de Campo, jornadas, atividades de promoção social	Atividades com jovens e/ou mulheres	Atividades com associados de um modo geral	Reuniões de informação apenas
Vallecoop	X		X	X			X
Unimed	X	X	X		X		
Coopermotos	X						

Fonte: Elaborado pelos autores.

Fica evidente a discrepância entre os termos educação e capacitação ao verificar as atividades que realizam sobre educação cooperativista. Isso ocorre porque, muitas vezes, os termos capacitação e educação são tratados como sinônimos pelas cooperativas e seus respectivos cooperados, funcionários e até mesmo pelos órgãos de representatividade e/ou assessoria técnica.

Como apontou-se no referencial conceitual deste trabalho, a educação

cooperativa deveria salientar os ensinamentos de valores, princípios do cooperativismo, por outro lado, a capacitação estaria embasada na qualidade técnica (produção e serviços) da realização das atividades de trabalho dentro do cooperativismo.

Sobre o impacto dessas atividades mencionadas como sendo de educação cooperativista, apenas a Coopermotos declarou que não vê impacto das atividades realizadas por ela no trabalho da cooperativa. No entanto, quando perguntada onde e em que âmbito percebe que o trabalho de educação cooperativista impacta, a Coopermotos mencionou que apenas na gestão econômica da cooperativa.

A Unimed mencionou que vê impactos na gestão econômica, na gestão social e no aumento da produção/qualidade dos produtos comercializados pela cooperativa. A Vallecoop mencionou que o impacto ocasionado pelas atividades realizadas na cooperativa é percebido apenas no aumento da produção/qualidade dos produtos comercializados.

Sobre o público atendido pelas atividades de educação cooperativista, a Coopermotos mencionou que são apenas para associados em geral e membros da diretoria e da comissão fiscal. A Unimed citou os dirigentes e gerentes, empregados da cooperativa e membros da diretoria e do conselho fiscal. A Vallecoop citou apenas os dirigentes e gerentes.

Em consonância com o que Schneider (2010) mencionou e com base nas respostas obtidas, pode-se afirmar que é necessário que se tenha capacitação para que os cooperados e funcionários desenvolvam bem suas atividades, mas também um trabalho contínuo de educação para que os membros saibam que eles pertencem a uma empresa que possui características singulares, que possui normas, princípios e valores que devem ser cultivados. Reflete-se, então, no quanto é importante a educação na formação do cooperado e não somente entre aqueles que compõe o conselho de administração, diretoria e conselho fiscal.

Sobre a participação dos cooperados nas atividades de educação cooperativa tanto a Vallecoop como a Coopermotos mencionaram que dificilmente conseguem uma boa participação, já a Unimed apontou que esta participação é muito boa e que sempre alcançam o número de participantes previstos.

Perguntadas sobre o que a educação cooperativista possibilita para a organização cooperativa, a Coopermotos respondeu que melhora a comunicação do

cooperado com a cooperativa. A Vallecoop respondeu que um maior envolvimento dos cooperados nas decisões é possível por meio das atividades que eles realizam, e a Unimed, que além de marcar no formulário as mesmas respostas que as outras duas cooperativas, apontou também que as atividades desenvolvidas possibilitam difundir os valores e princípios do cooperativismo, melhoria na capacitação técnica-produtiva dos cooperados e melhorar a gestão econômica e/ou financeira da cooperativa.

Sobre os recursos para educação cooperativista, as organizações cooperativas possuem especificamente um fundo próprio chamado de FATES – Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social criado para aplicar o 5º. princípio cooperativo.

A Coopermotos mencionou que não possui o Fundo na Cooperativa. A Vallecoop afirmou que não utiliza o recurso e apenas a UNIMED declarou que as capacitações para os cooperados são feitas com os recursos do Fundo.

Todas afirmaram a importância da educação cooperativista e da sua relevância para a gestão das cooperativas, mas apenas a Vallecoop mencionou possuir um trabalho de organização do quadro social (OQS) formado por grupos de produtores. Todas afirmaram, ainda, que o Sescop é a principal instituição na qual as cooperativas buscam apoio quando se refere à educação cooperativista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou verificar que tanto a educação quanto a capacitação são importantes e defende a realização das duas nas empresas cooperativas. No entanto, não se pode esquecer que a cooperativa é uma empresa que procura dar um retorno financeiro para seus associados através das transações econômicas com um mercado complexo, competitivo e capitalista. Entretanto muito menos se pode esquecer que a cooperativa é formada por pessoas, que têm seus próprios interesses e buscam melhor qualidade de vida, uma vida digna para a família e, conseqüentemente, a emancipação social e financeira do associado.

As cooperativas de Araguaína, apesar das atividades mencionadas como educação cooperativista, demonstram que muitas dessas atividades estão a cargo do Sescop, instituição do Sistema “S”, que tem como objetivo fortalecer o crescimento profissional dos empregados das cooperativas.

A baixa devolução nas respostas do formulário pôde demonstrar uma baixa preocupação das cooperativas em relatar sobre os processos que envolvem a educação cooperativa, como afirmou Ferreira (2013) em seu estudo sobre a educação cooperativa em Minas Gerais.

Este estudo é parte de um Trabalho de Conclusão de Curso do Tecnólogo em Gestão de Cooperativas e com base nas informações obtidas junto ao objeto de pesquisa, faz-se necessário um melhor aprofundamento na análise dos dados a fim de identificar a matriz pedagógica dos cursos oferecidos, quem os ministra, como ocorre o trabalho de comunicação cooperativa-cooperado-cooperativa, entre outros temas de análise de dados. Ressalta-se também que outros métodos de pesquisa, além do formulário, poderiam contribuir na obtenção de dados e análise do impacto verificado a partir do trabalho de capacitação e educação cooperativista.

REFERÊNCIAS

AMODEO, N. B. P. Contribuição da educação cooperativa nos processos de desenvolvimento rural. In: AMODEO, N. B. P. e ALIMONDA, H. (orgs.) **Ruralidades, capacitação e desenvolvimento**. Viçosa: UFV, 2006, p.151-176.

BAHIA COOPERATIVA. **Site do Sistema OCB-BA**. Disponível em <<http://www.bahiacooperativo.coop.br>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Uma nova abordagem da questão da educação em cooperativas no Brasil**. Revista Gestão Cooperativa, Brasília, p. 12 - 13, 01 ago. 2007.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e da outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 dez. 1971.

_____. **Decreto 3.017, de 6 de abril de 1999**. Aprova o regimento do SESCOOP. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 de abr. de 1999.

FERREIRA, P. R.; AMODEO, N. B. P.; SOUSA, D. N. Os Públicos Atendidos e os Conteúdos da Educação Cooperativista nas Cooperativas Agrárias. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, p. 67-90, 2013.

FRANTZ, Walter. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 242-264, jul./dez. 2001.

JAKOBSEN, G. **When business leads to cooperative development: a study of educational processes in cooperative firm**. In Review of international cooperation. Vol. 89/2, 1996.

MENDES, Mônica Martins. **Relação entre educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados**: verdades incertas. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto, 2010.

MILAGRES, C. S. F.; AMODEO, N. B. P.; SOUSA, D. N. Cooperativismo e Desenvolvimento Comunitário. In: Cleiton Silva Ferreira Milagres e Diego Neves de Sousa (Orgs.). **Cooperativismo, Extensão Rural e Processos Participativos**. Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins, EDUFT, 2016.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. 417 p.

SCHNEIDER, J. O.; SILVA, A. C. M.; HENDGES, M. **Educação e capacitação cooperativa**: os desafios no seu desempenho. 1. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2010. v. 1. 132p.

VALADARES, J. H. Participação e poder: o Comitê Educativo na cooperativa agropecuária. 63 f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras: Lavras, MG, 1995.